

# BALANÇO SOCIAL

2024

- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I.P.-



**Ficha Técnica:**

**Título**

Balanço Social 2024

**Edição**

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, IP

Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 193, 7004-514 Évora

Telefone.: 266 740 300

E-mail: [geral@ccdr-a.gov.pt](mailto:geral@ccdr-a.gov.pt)

Website: [www.ccdr-a.gov.pt](http://www.ccdr-a.gov.pt)

**Data de edição**

outubro 2025

## Índice

<i>Nota Introdutória</i>	4
<i>1. Estrutura Orgânica e Funcional</i>	4
<i>2. Recursos Humanos</i>	7
2.1. Efetivos, Modalidade de Vinculação e Género	7
2.2. Efetivos por Escalão Etário e Género	10
2.3. Efetivos por Nível de Antiguidade e Género	11
2.4. Efetivos por Nível de Escolaridade e Género	12
2.5. Trabalhadores Portadores de Deficiência	13
2.6. Movimentos de Pessoal	14
2.7. Modalidade de Horário	14
2.8. Trabalho Suplementar	16
2.9. Ausências ao Trabalho	17
<i>3. Remunerações e Encargos</i>	18
3.1. Remunerações Mensais Ilíquidas por Escalão Remuneratório	18
3.2. Encargos Anuais	19
<i>4. Higiene e Segurança</i>	20
4.1. Acidentes de Trabalho e Incapacidades	21
<i>5. Formação Profissional</i>	21
5.1. Participações em Ações de Formação	21
5.2. Despesas com Formação	23
<i>6. Relações Profissionais</i>	23
<i>7. Considerações finais</i>	23
<i>8. Painel de Indicadores de Gestão 2024</i>	25
<i>Anexo – Formulário Oficial</i>	27

## Nota Introdutória

O Balanço Social foi instituído para os organismos autónomos da Administração Pública, através do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e tornado obrigatório, em 1996, para todos os serviços e organismos com 50 ou mais trabalhadores, através do Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro.

O Balanço Social é um instrumento essencial para as organizações, permitindo uma análise detalhada dos seus recursos humanos e das suas políticas de gestão de pessoas. A sua elaboração anual não é apenas uma obrigação legal, mas também uma ferramenta estratégica que facilita a tomada de decisões informadas.

Este documento reúne informação complementar aos dados do Balanço Social, cujo conteúdo compreende tabelas/gráficos estatística(o)s, que com uma breve análise explicativa permite observar tendências organizacionais, nomeadamente sobre formação, condições de trabalho, benefícios sociais e outros indicadores relevantes. De salientar, que no que respeita à estrutura e composição dos Recursos Humanos da CCDR Alentejo, I.P., não é legítima a comparação com anos anteriores devido à alteração da estrutura orgânica conforme será descrito no ponto seguinte.

## 1. Estrutura Orgânica e Funcional

O início de 2024 foi marcado com a implementação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio que procedeu à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) em institutos públicos de regime especial e âmbito regional, integrados na administração indireta do Estado, com personalidade jurídica própria, dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, passando a designar-se por Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, IP (CCDR, I.P.), sob a tutela e a superintendência do ministério da Coesão Territorial, e cuja organização foi estabelecida nos estatutos aprovados pela Portaria n.º 406/2023, com entrada em vigor a 1 de janeiro do referido ano.

Tratou-se de uma alteração orgânica profunda cujo período de integração decorreu em 2024 e que ainda se repercutirá para além desse horizonte temporal, perspetivando-se que em 2025 decorrerá ainda um período de estabilização e consolidação de práticas transversais às organizações objeto de reestruturação, por fusão com a CCDR Alentejo, I.P., nomeadamente: a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL) e a Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRACAL).

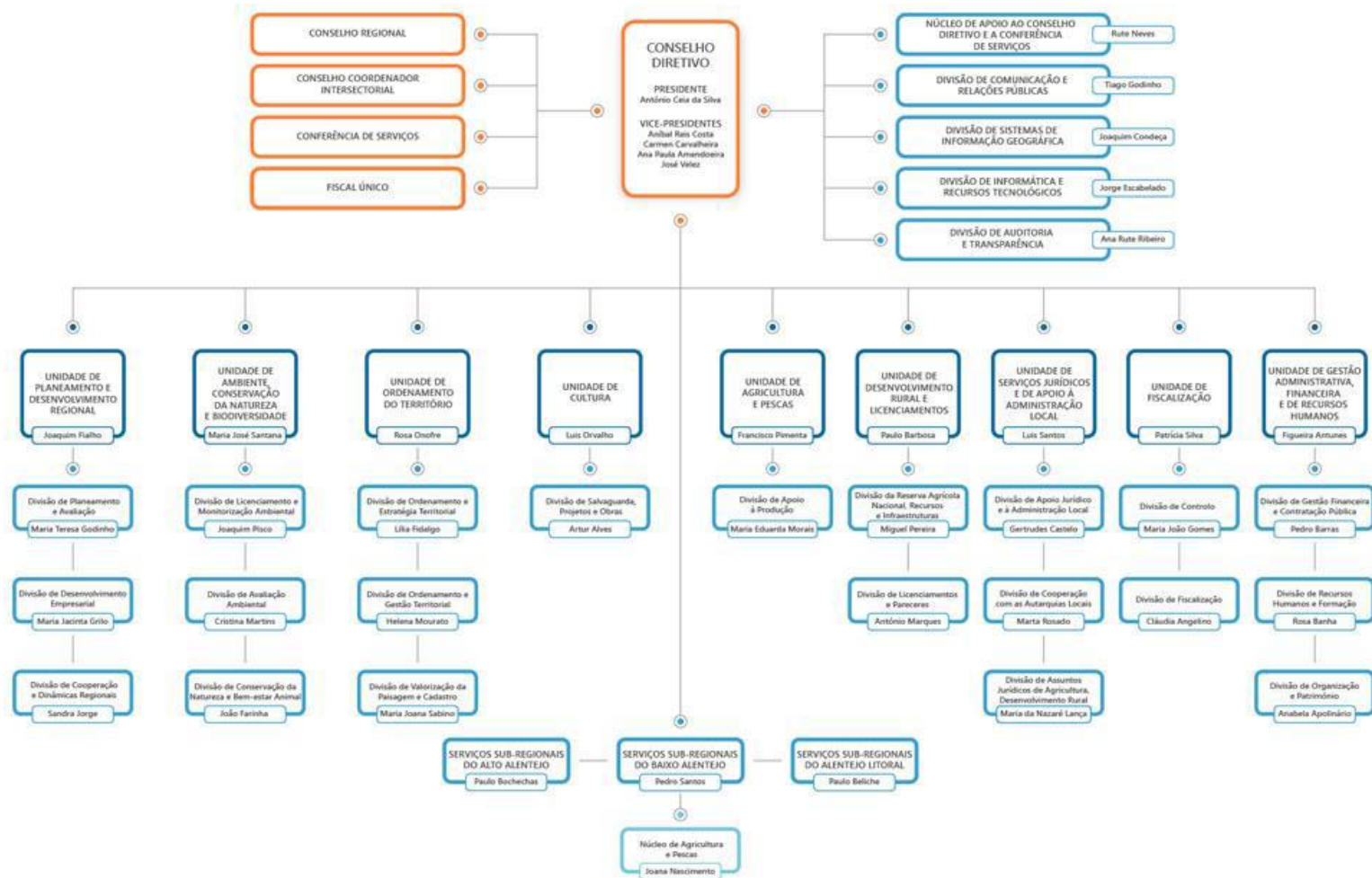
Neste contexto, as atribuições prosseguidas pela CCDR Alentejo, I.P. em 2024, abrangeram os domínios do ambiente, cidades, economia, cultura, educação, saúde, ordenamento do território, conservação da

natureza, e agricultura e pescas, do desenvolvimento regional e da administração local, e nos incentivos à comunicação social, promovendo uma atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional.

## Estrutura Orgânica da CCDR Alentejo, I.P. em 2024



Estrutura Orgânica da CCDR Alentejo, I.P.



## 2. Recursos Humanos

### 2.1. Efetivos, Modalidade de Vinculação e Género

A 31 de dezembro de 2024, na CCDR Alentejo, I.P., exerciam funções 447 trabalhadores efetivos, cuja distribuição por cargo/carreira, segundo modalidade de vinculação e género, se encontra visível na Tabela 1 e no Gráfico 1.

Tabela 1 - Distribuição de trabalhadores por grupo/ cargo/ carreira.

Grupo/cargo/carreira	N.º de trabalhadores a 31 dezembro 2024		TOTAL	%	
	M	F		M	F
Dirigente superior de 1º grau	1	0	1	0,22%	0,00%
Dirigente superior de 2º grau	4	7	11	0,89%	1,57%
Dirigente intermédio de 1º grau	6	3	9	1,34%	0,67%
Dirigente intermédio de 2º grau	12	15	27	2,68%	3,36%
Técnico Superior	98	137	235	21,92%	30,65%
Assistente Técnico. Técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	40	72	112	8,95%	16,11%
Assistente Operacional	16	24	40	3,58%	5,37%
Informático	11	1	12	2,46%	0,22%
<b>TOTAL</b>	<b>188</b>	<b>259</b>	<b>447</b>	<b>42,06%</b>	<b>57,94%</b>

De acordo com a análise efetuada, na Tabela 1, verifica-se que a carreira com maior número de colaboradores é a de técnico superior, representando cerca de 50% da estrutura da CCDR Alentejo, I.P., seguida da carreira de assistente técnico com cerca de 25%. Em terceiro lugar, os cargos de dirigentes correspondem a cerca de 11% do pessoal efetivo da organização.

Tal com já evidenciado a título introdutório, o ano de 2024 foi marcado por uma alteração profunda na estrutura de recursos humanos da CCDR Alentejo, I.P., que contava, em 31 de dezembro de 2024, com 447 efetivos, em contraponto aos 202 efetivos que registava no final de 2023.

Efetivamente, entre 01-01-2024 e 01-03-2024, no âmbito do processo de reestruturação de serviços despoletado pelo Decreto-Lei n.º 36/2023, de 16 de maio, foram integrados 302 trabalhadores, provenientes de diversos organismos públicos, tendo como critério de integração o facto de serem “trabalhadores dos serviços desconcentrados da administração direta e indireta do Estado no âmbito das atribuições que são transferidas para as CCDR, I. P.”(cf. art.º 8º n.º2 do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio).

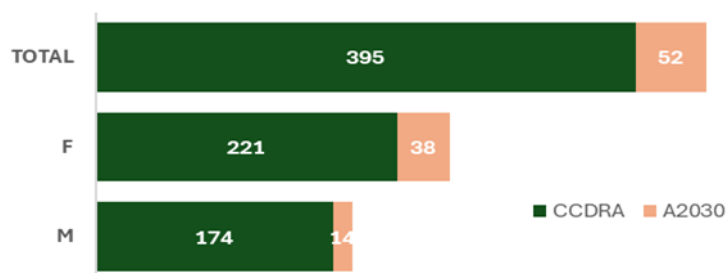
A proveniência dos trabalhadores integrados foi a que seguidamente se identifica:

**Tabela 2 – Efetivos integrados na CCDR Alentejo em 2024**

Serviço de Origem	N.º Efetivos	Obs:
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	237	Aviso n.º 25336-E/2023, de 29/12
Direção Regional de Cultura Alentejo	52	
Direção Geral do Território	5	
Direção Geral do Estabelecimentos Escolares	6	Aviso n.º 2566-A/2024, de 31/01
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	2	
<b>TOTAL</b>	<b>302</b>	

Esta reestruturação representou um acréscimo imediato no início do ano de 150% na estrutura de efetivos da CCDR Alentejo, I.P., que, após as movimentações de entradas e saídas de trabalhadores ao longo do ano, estabilizou num incremento final de 121% entre 2023 e 2024.

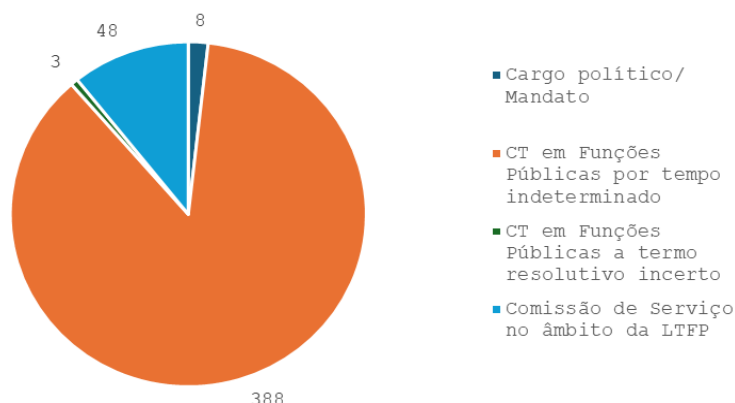
No universo de efetivos da CCDR Alentejo, I.P., está igualmente integrada a Estrutura de Missão do Programa Regional Alentejo 2030, que contava em dezembro de 2024 com 52 efetivos, pelo que a repartição entre ambas as estruturas orgânicas é a seguinte:



**Gráfico 1 - Distribuição de efetivos entre a CCDR Alentejo, I.P. e o Programa Regional ALENTEJO 2030**

A distribuição dos trabalhadores pela modalidade de vinculação, está representada no Gráfico 2, nele se evidenciando que a maioria dos colaboradores tem contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com um total de 388 trabalhadores, o equivalente a cerca de 87% dos efetivos.

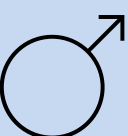
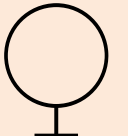




**Gráfico 2 - Distribuição de trabalhadores por modalidade de vinculação.**

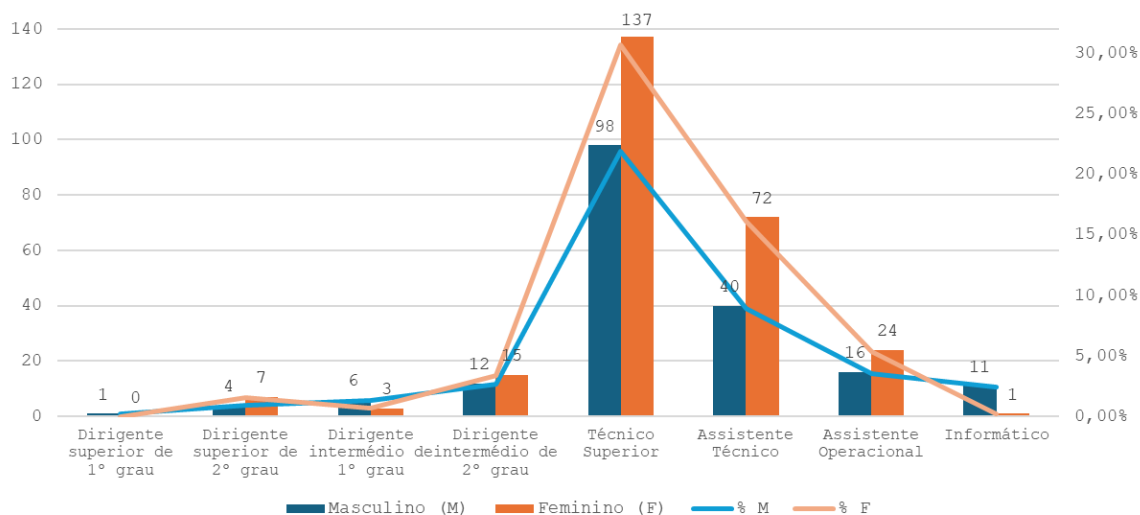
Neste âmbito de análise salienta-se ainda que, também decorrente da alteração orgânica ocorrida em 2024, o número de trabalhadores em regime de comissão de serviço e em cargo político ou mandato, ou seja toda a estrutura de cargos dirigentes, sofreu um acréscimo relevante, face a 2023, passando de 24 efetivos, para 56 em 2024, neles se incluindo, não só a nova estrutura dirigente resultante do processo de integração de outros serviços e competências, como também os cargos dirigentes da estrutura de missão do Programa Regional Alentejo 2030.

No quadro da perspetiva de género, em 2024, o género feminino manteve maior representatividade, com 259 colaboradoras. A taxa de feminização e de masculinização, 58% e 42%, respetivamente, sofreu uma ligeira oscilação face ao ano de 2023 (F – 59%; M – 41%).

	
<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>188   42%</b>	<b>259   58%</b>

Decorrente da análise do Gráfico 3, relativo à distribuição dos efetivos por género, de acordo com o cargo ou carreira em que se encontram integrados, é possível constatar que em todos os grupos profissionais ambos os géneros se encontram representados. À exceção do pessoal da carreira de Informática, que apresenta maior representação masculina, em todos os demais grupos profissionais se regista a predominância de efetivos do género feminino. Salienta-se ainda a representação bastante equilibrada na

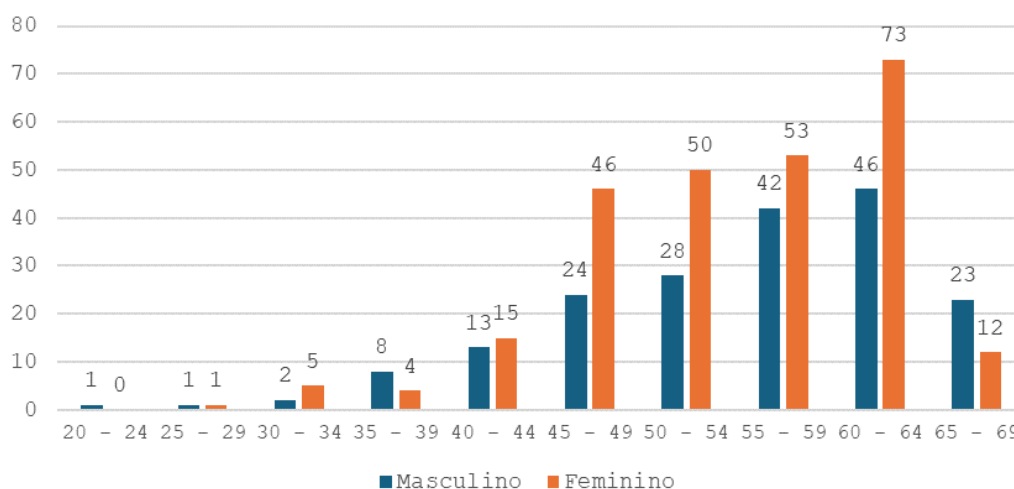
distribuição dos cargos dirigentes, destacando-se até a predominância de dirigentes do género feminino nos cargos de direção superior de 2º grau e nos cargos dirigentes intermédios de 2º grau.



**Gráfico 3 - Distribuição de trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo género.**

## 2.2. Efetivos por Escalão Etário e Género

No que concerne à estrutura etária da CCDR Alentejo, I.P., o escalão com maior representatividade é o que compreende os colaboradores entre os 60-64 anos, com 119 efetivos, seguido do escalão 55-59 anos com 95 efetivos. A distribuição global dos efetivos, por escalões etários, demonstra uma estrutura de recursos humanos envelhecida, conforme ilustra o Gráfico 4, sendo que a idade média dos colaboradores, a 31 de dezembro, era de 53,5 anos de idade.



**Gráfico 4 - Distribuição de trabalhadores por escalão etário e género.**

Tendo em consideração que a idade normal de acesso para efeitos de aposentação em 2025 é de 66 anos e 7 meses, perspetiva-se a possibilidade de poder existir uma saída de efetivos 36 efetivos no próximo por este motivo o que poderá representar uma quebra de 8% dos efetivos a 31/12/2024. Este número poderá ainda ser amplificado mediante a conjugação dos fatores idade e antiguidade, tendo em consideração que ambos são relevantes para a determinação da idade pessoal de acesso à aposentação, de acordo com as características individuais da carreira contributiva de cada trabalhador.

Merece ainda referência o número absolutamente residual de efetivos com idade inferior a 30 anos de idade (apenas 3 efetivos) e, mesmo quando avançando a análise para o escalão seguinte com idade até aos 39 anos, regista-se apenas a existência de 22 efetivos, representando cerca de 5% do total, o que evidencia uma profunda incapacidade de rejuvenescimento da organização, ou seja, a CCDR Alentejo, I.P. apresenta claras evidências de duplo envelhecimento na sua estrutura de recursos humanos.

### 2.3. Efetivos por Nível de Antiguidade e Género

A estrutura de recursos humanos da CCDR Alentejo, I.P. fortemente envelhecida traduz-se, consequentemente, numa estrutura de carreiras prolongadas no exercício de funções públicas, com elevado número de anos de serviço.

Assim, conforme ilustra o Gráfico 5, existe uma evidente predominância de efetivos com 20 ou mais anos de antiguidade, o que corresponde a cerca de 73% do total de efetivos.

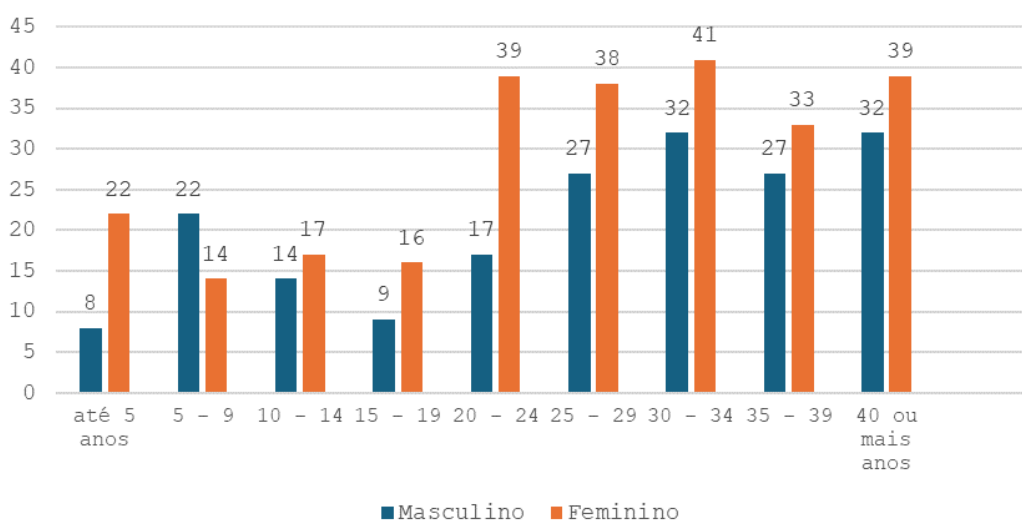


Gráfico 5 - Distribuição de trabalhadores por antiguidade e género.

Atendendo à relevância da antiguidade para a carreira contributiva dos trabalhadores e para a aplicação dos critérios de aposentação em vigor, destaca-se o número significativo de colaboradores que já são detentores de 40 ou mais anos de carreira, perfazendo um total de 71, e que correspondem a 16% do total de efetivos.

Esta realidade permite perspetivar, caso não seja possível a renovação de efetivos por via de novos recrutamentos, uma quebra significativa nos recursos humanos da organização a muito curto prazo, o que condicionará não só a capacidade de resposta aos desafios da organização, como também a perda de know how, decorrente da falta de oportunidade de transmissão de conhecimento entre os trabalhadores com carreiras longas e os trabalhadores mais recentemente admitidos na organização.

## 2.4. Efetivos por Nível de Escolaridade e Género

O nível das habilitações académicas dos colaboradores da CCDR Alentejo, I.P. é, em termos globais, elevado, considerando que cerca de 65% dos seus efetivos são detentores de formação de nível superior (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento), conforme demonstra o Gráfico 6.

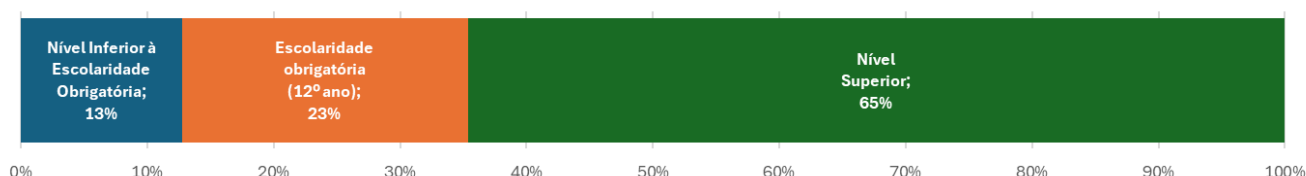
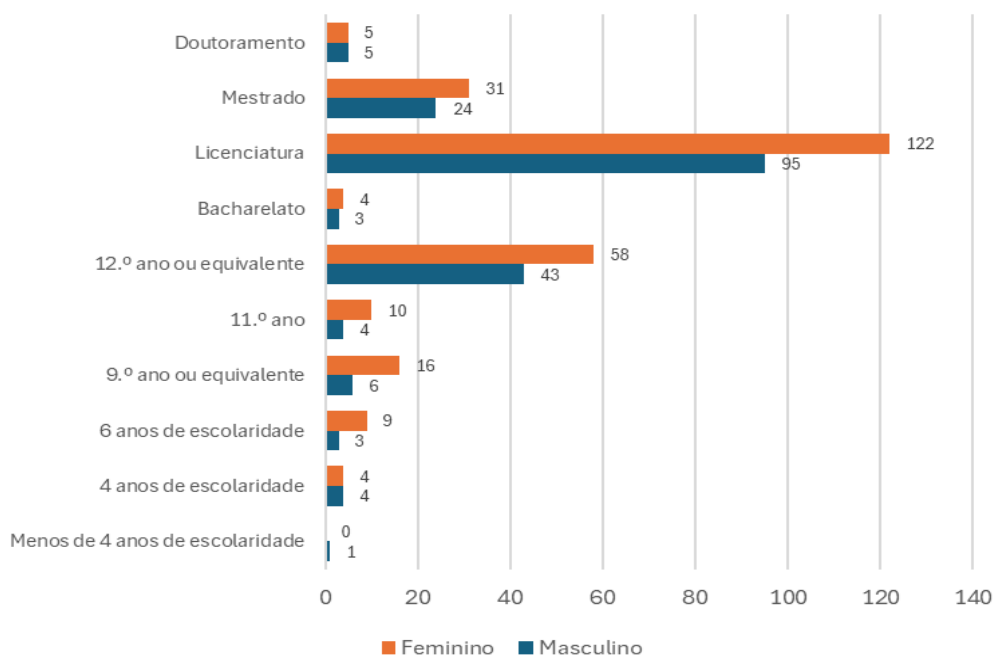


Gráfico 6 – Síntese do nível habilitacional dos efetivos da CCDR Alentejo I.P.

Numa análise mais detalhada, através do Gráfico 7, evidencia-se que cerca de 15% dos efetivos já possuem um nível habilitacional superior ao exigido para ingresso na carreira de técnico superior, nomeadamente mestrado e doutoramento, revelando um esforço importante para a melhoria das qualificações e competências individuais por parte destes trabalhadores.

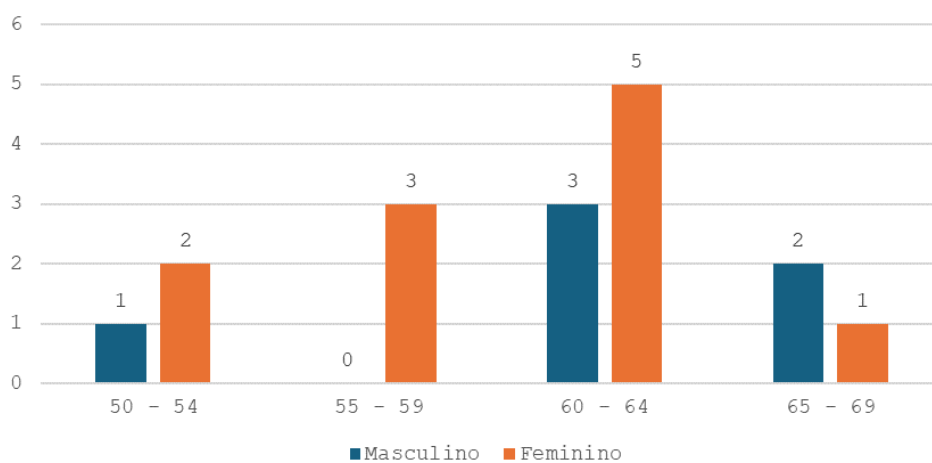
Em contrapartida, assinala-se ainda a existência de um segmento de trabalhadores com habilitações inferiores ao 12º ano de escolaridade e, de entre estes, 21 trabalhadores com habilitação inferior ao 9º ano de escolaridade, situação que está associada predominantemente aos trabalhadores dos escalões etários mais avançados e integrados na carreira de assistente operacional.



**Gráfico 7 - Distribuição de trabalhadores por nível de escolaridade e género.**

## 2.5. Trabalhadores Portadores de Deficiência

Em 2024, foram identificados 17 colaboradores portadores de deficiência, devidamente certificada em conformidade com as disposições legais em vigor, com a seguinte distribuição por escalão etário e género. Importa referir, que a categoria profissional com maior número de casos, é a de técnico superior, representando o género feminino cerca de 65% do total.



**Gráfico 8 - Distribuição de trabalhadores portadores de deficiência, por escalão etário e género.**

## 2.6. Movimentos de Pessoal

Um dos domínios de análise que caracterizou de forma mais intensa a gestão de recursos humanos da CCDR Alentejo, I.P., em 2024, reporta-se às movimentações de pessoal.

Tal como anteriormente já foi descrito, esta organização integrou, entre janeiro e março de 2024, 302 novos trabalhadores, um volume de efetivos bastante superior aqueles que registava em 31/12/2023 (202 efetivos).

Em síntese, a movimentação global de entradas e saídas de efetivos registada em 2024, foi a seguinte:

**Tabela 3 – Movimentação de efetivos em 2024.**

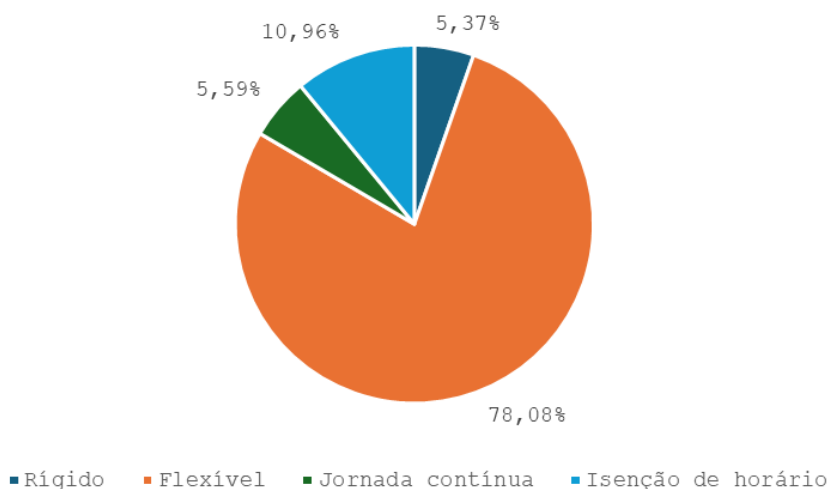
	M	F	TOTAL
Efetivos a 31/12/2023	82	120	202
Entradas em 2024	128	186	314
Saídas em 2024	22	47	69
<b>Total Efetivos em 31/12/2024</b>	<b>188</b>	<b>259</b>	<b>447</b>

Entre as movimentações mais significativas, contabilizaram-se 30 saídas por aposentação, representando cerca de 44% do total de saídas no ano. As demais situações reportam-se essencialmente a saídas para exercício de funções noutros serviço, designadamente e regime de mobilidade ou comissão de serviço.

No que se refere às entradas, e para além das já evidenciadas decorrentes do processo de reestruturação orgânica, registaram-se ainda 13 novas entradas por mobilidade, para exercício de funções na carreira de técnico superior.

## 2.7. Modalidade de Horário

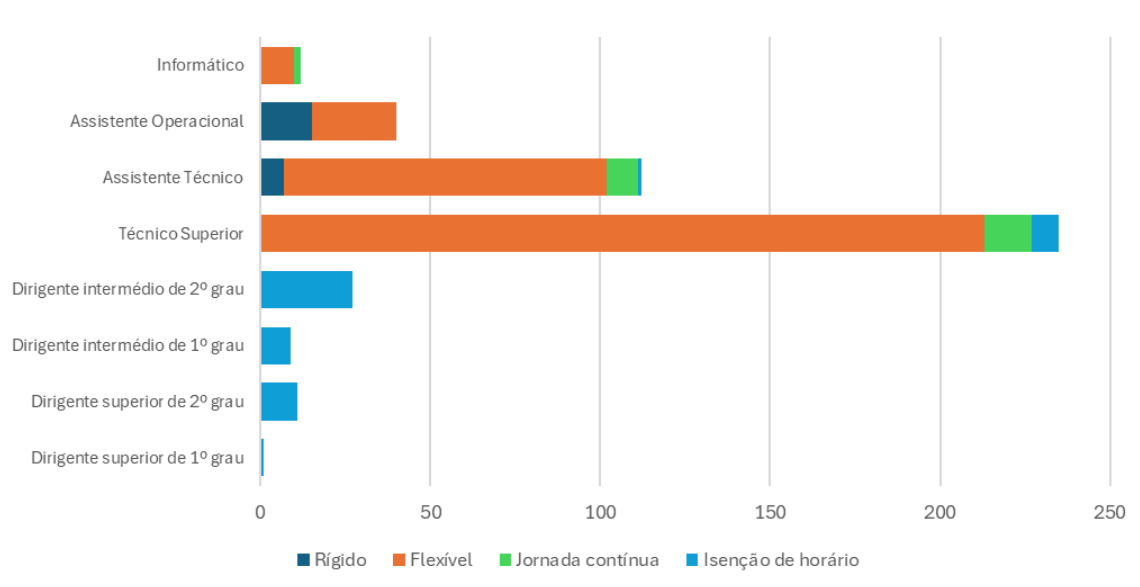
O Gráfico 9 representa, em valores percentuais, a distribuição dos trabalhadores efetivos da CCDR Alentejo, I.P. pelas diferentes modalidades de horário de trabalho, pelo que é possível constatar que o regime de horário em vigor com maior predominância, é o regime de horário flexível, praticado por de um universo de 349 trabalhadores, cerca de 78%.



**Gráfico 9 - Distribuição de trabalhadores pelas diferentes modalidades de horário de trabalho.**

É ainda possível referir que dos 447 trabalhadores efetivos, 445 realizaram o horário estipulado para os trabalhadores em funções públicas (35h), e 2 trabalhadores praticaram um horário em regime de tempo parcial, correspondente à semana de 4 dias.

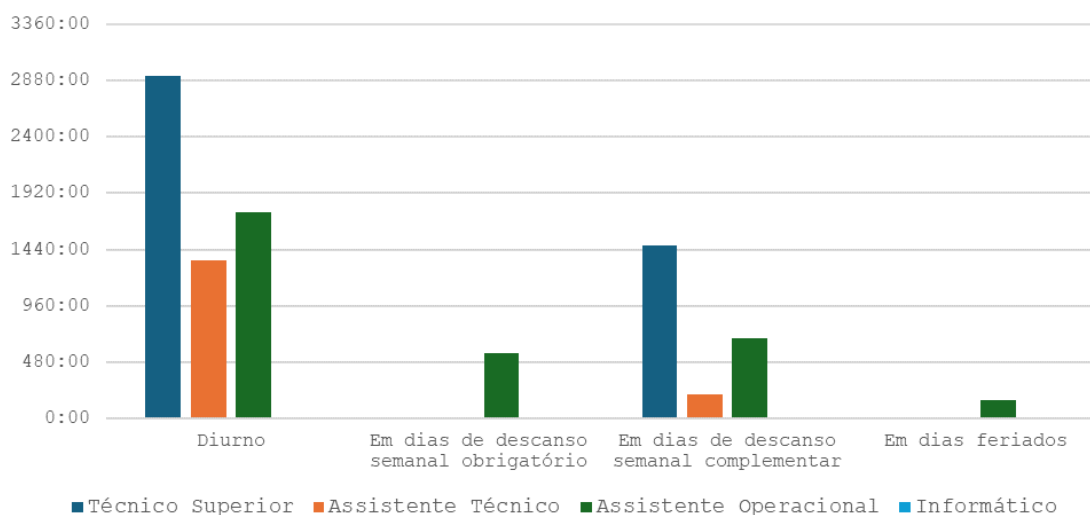
Pela análise da distribuição da modalidade de horário de trabalho por grupo/cargo/carreira é possível verificar que na carreira de técnico superior existe uma grande expressividade da modalidade de horário flexível, bem como na carreira de assistente técnico.



**Gráfico 10 - Distribuição de trabalhadores por grupo/carreira/cargo segundo a modalidade de horário de trabalho.**

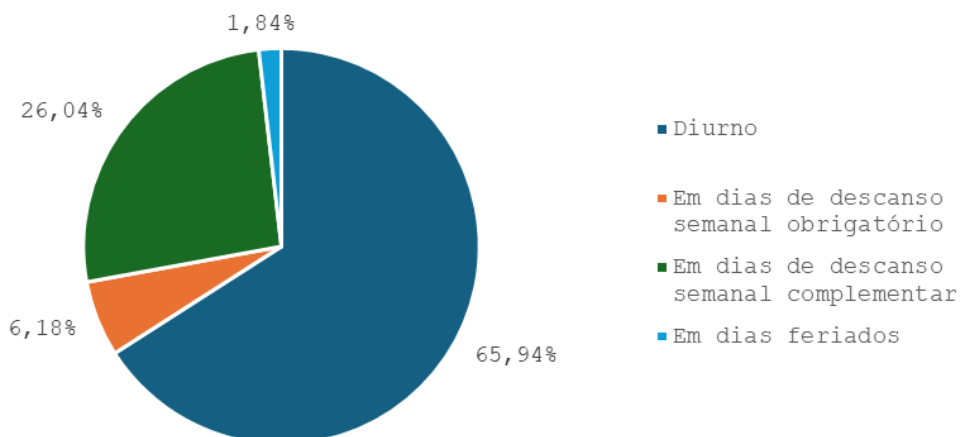
## 2.8. Trabalho Suplementar

Relativamente ao trabalho suplementar, em 2024, foram prestadas cerca de 9117 horas, distribuídas pelas Carreiras de técnico superior, assistente técnico, assistente operacional e informático, conforme o Gráfico seguinte.



**Gráfico 11 - Distribuição do número de horas de trabalho suplementar por grupo/carreira/cargo segundo a modalidade de prestação de trabalho.**

Percentualmente, e independentemente do grupo/carreira ou cargo, a modalidade de prestação de trabalho suplementar é predominantemente no período diurno, com uma representação de cerca de 66%, seguindo-se o trabalho realizado em dias de descanso semanal complementar com cerca de 26%.



**Gráfico 12 - Distribuição de trabalho suplementar por modalidade de prestação de trabalho.**



## 2.9. Ausências ao Trabalho

Em matéria de ausências ao trabalho, durante o ano de 2024, registaram-se 8339,5 dias de ausência ao serviço, tendo-se verificado que a principal causa foi a ausência por motivo de doença (5955 dias), o que corresponde a 71,41% do volume de dias perdidos, conforme o Gráfico 13.

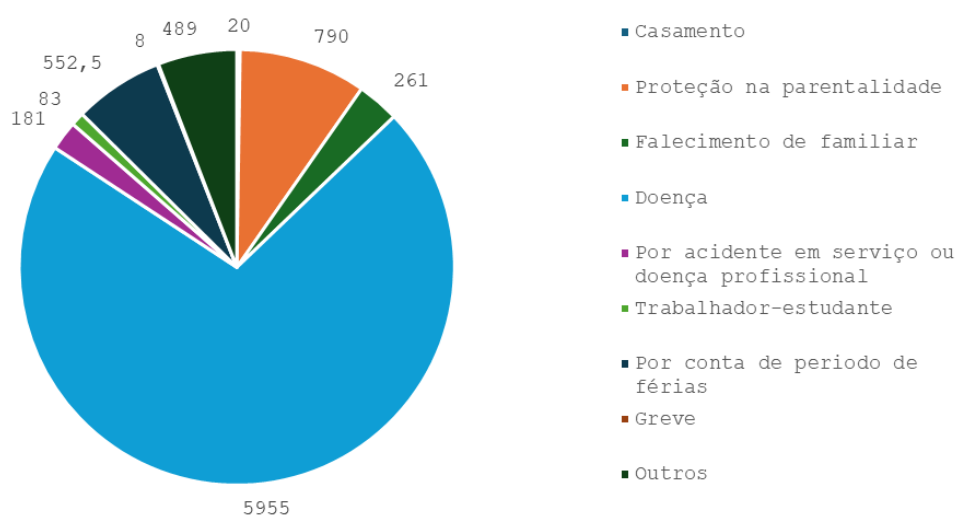


Gráfico 13 – Ausências por motivo (dias).

Ainda no domínio do absentismo, merece referência a fraca expressão da não comparência ao serviço por motivo de greve (8 colaboradores), que representou em 0,10%, no total do ano.

A análise ao absentismo por grupos profissionais, constante na Tabela 4, permite concluir que o maior número de dias de ausência foi registado nas carreiras de técnico superior e de assistente técnico, revelando uma tendência proporcional ao número de efetivos integrados em cada uma destas carreiras.

Tabela 4 – N.º de dias de ausência ao trabalho por grupo/ cargo/ carreira e género.

Grupo/cargo/carreira	Masculino	Feminino
Dirigente superior de 1º grau	0	0
Dirigente superior de 2º grau	3	1
Dirigente intermédio de 1º grau	10,5	6
Dirigente intermédio de 2º grau	6	95
Técnico Superior	1107,5	3718
Assistente Técnico	601	1300,5
Assistente Operacional	435,5	956
Informático	99,5	0

Adicionalmente, pode igualmente concluir-se que é na análise do absentismo que se evidencia o maior impacto da desigualdade entre o género masculino, com um total de 2263 dias de ausência e o feminino com 6076,5 dias, sendo, desta forma, as mulheres responsáveis por cerca de 73% das faltas ao serviço.

Em termos globais, e considerando que em 2024 o número de efetivos mais do que duplicou em 2023, regista-se um incremento proporcional na taxa de absentismo da CCDR Alentejo, I.P., conforme ilustra o Gráfico seguinte.

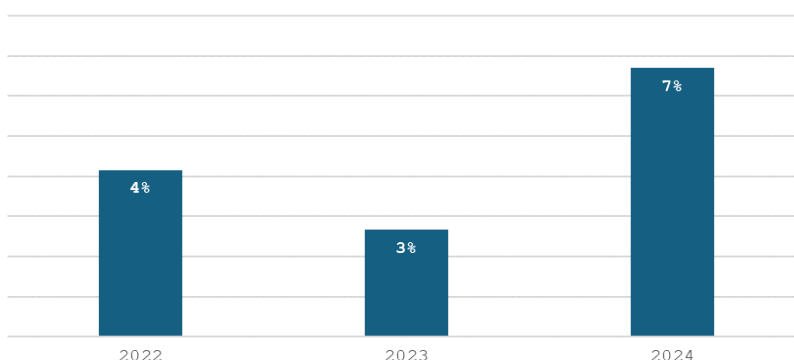


Gráfico 14 – Evolução da taxa de absentismo.

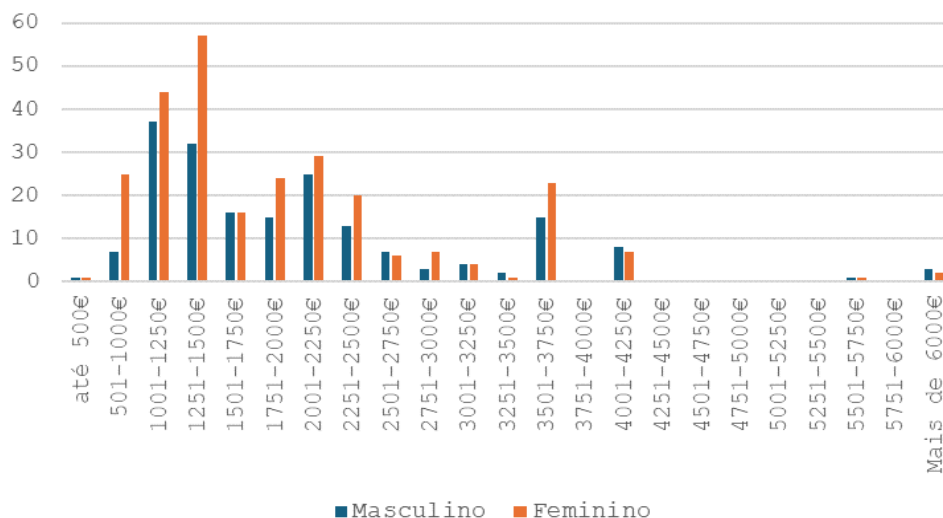
### 3. Remunerações e Encargos

#### 3.1. Remunerações Mensais Ilíquidas por Escalão Remuneratório

A estrutura remuneratória da CCDR Alentejo, I.P. relativa ao ano de 2024 encontra-se refletida no Gráfico 15, constatando-se que o intervalo remuneratório predominante se situa entre os 1.251€ e os 1.500€, com aproximadamente 20% dos trabalhadores. Evidencia-se ainda uma clara concentração das remunerações até aos 2.500€, na medida em que 80% das remunerações mensais pagas não ultrapassam este valor.

Os dirigentes superiores da CCDR Alentejo, I.P. auferem remunerações mensais ilíquidas superiores a 5.500€, o que advém do disposto na Lei Orgânica das CCDR, aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, que determina que ao presidente e aos membros do conselho diretivo é aplicável o estatuto remuneratório estabelecido no Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, algo que é também aplicável aos membros da Comissão Diretiva do Programa Regional Alentejo 2030.

Já no que se refere aos dirigentes intermédios, as suas remunerações oscilam entre os 3500€ e os 4250€, tendo visto o seu estatuto remuneratório também atualizado no quadro da conversão das CCDR em instituto público de regime especial.



**Gráfico 15 – Distribuição de colaboradores por escalão remuneratório.**

No que diz respeito às remunerações máximas e mínimas dos colaboradores a tempo completo, conforme a tabela 5, é possível verificar a existência de uma diferença no valor máximo auferido, entre géneros, onde se pode concluir que os leques salariais (maior remuneração base líquida/menor remuneração base líquida) são: masculino é de 10 e o feminino é de 9.

**Tabela 5 – Remuneração mínima e máxima (€) por género.**

Remuneração (€) Euros	Masculino	Feminino
Mínima (€)	821,83 €	821,83 €
Máxima (€)	8 173,48 €	7 356,13 €
leque salarial	10	9

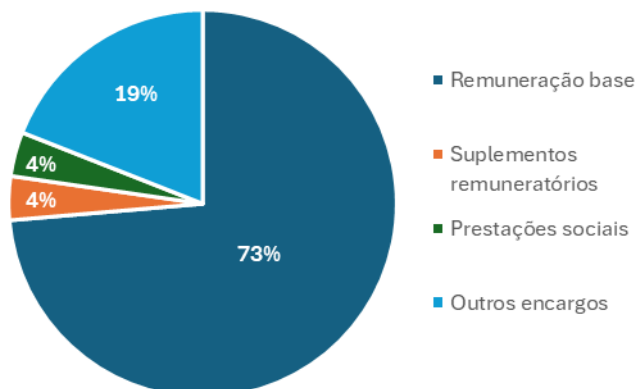
### 3.2. Encargos Anuais

Os encargos com o pessoal atingiram, no ano de 2024, aproximadamente 17,3 milhões de euros, dos quais cerca de 12,7 milhões de euros correspondem ao pagamento das remunerações base dos colaboradores da CCDR Alentejo, I.P..

**Tabela 6 – Encargos anuais com pessoal.**

Encargos com pessoal	Valor
Remuneração base	12 736 817 €
Suplementos remuneratórios	631 580 €
Prestações sociais	638 792 €
Outros encargos	3 289 236 €
<b>TOTAL</b>	<b>17 296 426 €</b>

Tal como ilustra o gráfico seguinte, na estrutura de encargos com remunerações, cerca de 73% da despesa corresponde ao pagamento das remunerações base, sendo o volume de suplementos remuneratórios pouco expressivo apesar de incluir uma grande diversidade de abonos complementares, tais como, compensações por trabalho suplementar e em dias de descanso semanal, complementar e feriadados; abono para falhas; ajudas de custo; despesas de representação, abono de secretariado, entre outros suplementos de natureza residual.



**Gráfico 16 – Distribuição de colaboradores por escalão remuneratório**

Relativamente às prestações sociais, na mesma ordem de grandeza dos suplementos, o maior valor diz respeito ao pagamento do subsídio de refeição, seguido dos subsídios no âmbito da proteção da parentalidade e abono de família. A rubrica “outros encargos” diz respeito, essencialmente, ao pagamento dos encargos sociais de responsabilidade da entidade patronal, no âmbito dos regimes de proteção social dos trabalhadores para a CGA e a Segurança Social.

## 4. Higiene e Segurança

Decorrente da alteração orgânica verificada no início de 2024, o ano em análise foi marcado pela prioridade aos processos de adaptação à integração da nova realidade organizacional por parte dos trabalhadores das entidades extintas (DRAPAL e DRCAL) na estrutura da CCDR Alentejo, I.P., pelo que, neste contexto, as atividades desenvolvidas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho focaram-se na necessidade de estabelecer e uniformizar os procedimentos nesta temática, bem como de acompanhar alguns acidentes de trabalho ocorridos neste período.

Foram igualmente iniciados os procedimentos preliminares tendentes à promoção da saúde no trabalho, nomeadamente o estabelecimento dos pressupostos base para a aquisição do serviço de medicina do trabalho que, no entanto, não foi possível de implementação ainda no decurso de 2024.

#### 4.1. Acidentes de Trabalho e Incapacidades

Relativamente a acidentes de trabalho verificados em 2024, foram registados 4 acidentes, todos ocorridos no local de trabalho, dos quais resultaram 181 dias de trabalho perdidos por incapacidade para o trabalho.

Tabela 7 – Acidentes de trabalho e incapacidade para o trabalho

Acidentes de Trabalho e dias perdidos com baixa, por género		TOTAL
N.º AT ocorridos em 2024	M	1
	F	3
	Total	4
N.º dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em 2024	M	47
	F	134
	Total	181

As situações de acidente de trabalho ocorreram com 3 trabalhadoras do género feminino, integradas na carreira de assistente operacional, e com um trabalhador do género masculino integrado na carreira de assistente técnico, representam uma margem bastante residual no total de efetivos da CCDR Alentejo, I.P. (0,9% do total de efetivos) e estão diretamente relacionados com o tipo de funções exercidas pelos trabalhadores, predominantemente de carácter manual ou mecânico.

## 5. Formação Profissional

#### 5.1. Participações em Ações de Formação

A formação profissional tem reconhecidamente um papel importante na qualificação e no desenvolvimento dos recursos humanos de um organismo e, consequentemente, na sua produtividade e competitividade. A formação realizada pelos efetivos da CCDR Alentejo, I.P. em 2024 encontra-se sintetizada na Tabela 8, da qual se conclui que se registaram 998 participações de trabalhadores e dirigentes em ações de formação (622 em ações internas e 376 externas) a que corresponderam 331 participantes, o que corresponde a uma

taxa de cobertura de cerca de 74% dos recursos humanos da CCDR Alentejo, I.P, no que se refere ao acesso à formação.

Tabela 8 – Participações e participantes em formação por grupo/cargo/carreira.

Grupo/cargo/carreira	N.º de participações	N.º de participantes
Dirigente superior de 2º grau	10	4
Dirigente intermédio de 1º grau	22	13
Dirigente intermédio de 2º grau	93	26
Técnico Superior	605	185
Assistente Técnico	219	82
Assistente Operacional	30	12
Informático	19	9
<b>TOTAL</b>	<b>998</b>	<b>331</b>

Este nível de participação em formação concentrou-se em 179 ações de formação ou capacitação, ou ações similares, como congressos, seminários ou jornadas, entre outros.

Já no que se refere ao volume total de formação frequentada (nº de formandos x duração das ações), este ascendeu a 4929 horas, repartido da seguinte forma:

Tabela 8 – Volume de formação por grupo/cargo/carreira.

	Internas	Externas
Dirigente superior de 2º grau	13:00	15:30
Dirigente intermédio de 1º grau	38:30	26:00
Dirigente intermédio de 2º grau	112:00	1025:30
Técnico Superior	643:30	2289:30
Assistente Técnico	332:30	285:00
Assistente Operacional	34:30	74:00
Informático	39:30	0:00
<b>TOTAL</b>	<b>1213:30</b>	<b>3715:30</b>
	<b>4929:00</b>	

Cerca de 25% do volume de formação corresponde às 10 ações de formação e capacitação organizadas internamente na CCDR Alentejo, I.P.

Em média, cada participante assistiu a 15 horas de formação, confirmando deste modo que predominantemente as ações frequentadas se enquadram na tipologia de curta duração (até 30 horas).

## 5.2. Despesas com Formação

A CCDR Alentejo, I.P., em 2024, investiu no ano de 2024 o montante de 16 545,05€, para suportar custos diretamente associados à frequência de formação, reportando-se este valor apenas a 22 ações externas, em que participaram 73 trabalhadores e dirigentes.

As demais ações participadas em 2024 não representaram custos diretos para os participantes ou para a CCDR Alentejo, I.P.

## 6. Relações Profissionais

Relativamente às relações profissionais, nomeadamente, trabalhadores sindicalizados, elementos pertencentes a comissões de trabalhadores, verificou-se, em 2024, a existência de 58 trabalhadores sindicalizados, o que corresponde a 13% dos efetivos da CCDR Alentejo, I.P.

## 7. Considerações finais

Conforme demonstrado no documento, em 31/12/2024, a CCDR Alentejo, I.P. contabilizava 447 efetivos, dos quais 52 exercem funções na estrutura de missão do Programa Regional Alentejo 2030.

O ano de 2024 foi verdadeiramente atípico para esta organização, decorrente da conversão da CCDR Alentejo em Instituto Público, e da reorganização de serviços operada por força da integração de novas competências e dos correspondentes recursos humanos, facto que alterou substancialmente a estrutura de efetivos que se encontrava bastante consolidada.

Na nova estrutura de efetivos mantém-se a prevalência do género feminino (58%), tendência que é transversal nos diversos cargos e carreiras.

Apesar da profunda reestruturação ocorrida, as questões relacionadas com as elevadas taxas de envelhecimento e de antiguidade continuam a evidenciar-se entre as mais preocupantes ao nível da gestão dos recursos humanos da organização, mantendo-se a premência de promover medidas que invertam a tendência para o duplo envelhecimento que decorre, simultaneamente, da quase inexistência de admissões de efetivos em idades jovens.

Esta característica da estrutura etária e de antiguidade dos efetivos, condiciona fortemente a capacidade de resposta da organização aos desafios que lhe são colocados, não só estritamente quanto ao cumprimento das competências, mas de forma mais abrangente à sua adaptabilidade a novos desafios tecnológicos e procedimentais.

Esta estrutura de recursos humanos bastante envelhecida, apresenta em regra outras características igualmente preocupantes, como é o caso do absentismo, e que em 2024, representou cerca de 8340 dias de ausência ao trabalho, mais de 70% dos quais por motivo de doença.

No que se refere ao nível de qualificação média dos seus efetivos, verifica-se uma evolução positiva, sendo predominantes os grupos de pessoal com qualificação de nível superior e residuais os casos em que os trabalhadores não detêm a escolaridade obrigatória.

Para além do necessário rejuvenescimento da organização e do desenvolvimento das carreiras dos seus efetivos, evidenciam-se algumas linhas de intervenção que deverão ser objeto de uma intervenção mais estruturada pela relevância que assumem, designadamente:

- i) o reforço da formação profissional, nomeadamente ao nível das competências digitais tendo em vista a adaptabilidade aos novos desafios tecnológicos, por um lado, e a promoção da inclusão de nichos de trabalhadores com fracas competências neste domínio;
- ii) a saúde e segurança no trabalho (SST), que carece de uma abordagem mais abrangente, nas suas diversas vertentes, em que, para além das atividades de medicina no trabalho obrigatórias, importa proceder à avaliação dos riscos de segurança no local do trabalho, bem como abordar a temática dos riscos psicossociais no trabalho.

Em termos finais, pode concluir-se que não obstante todas as naturais vicissitudes inerentes ao processo de reorganização iniciado em 2024, a organização prossegue objetivos firmes nas matérias relacionadas com a gestão da organização e com a valorização dos seus efetivos, de forma a melhorar de forma contínua e sustentada os níveis de desempenho e de satisfação e motivação dos seus colaboradores.



## 8. Painel de Indicadores de Gestão 2024

Tabela 9 – Indicadores de Gestão de Recursos Humanos em 2024.

Indicador	Fórmula de Cálculo		Valor
Taxa de feminização (%)	Total de trabalhadores do sexo feminino / Total de trabalhadores	X 100	58%
Nível etário médio (anos)	Somatório das idades de todos os trabalhadores / Total de trabalhadores		50
Leque etário	Idade do trabalhador mais velho / Idade do trabalhador mais novo		3
Taxa de envelhecimento (%)	Total de trabalhadores com idade ≥ 55 anos / Total de trabalhadores	X 100	55,7%
Rácio de trabalhadores por dirigente (%)	N.º de Dirigentes / Total de trabalhadores	X 100	10,7%
Índice de tecnicidade (em sentido lato) (%)	Total de trabalhadores em cargos e carreiras que exigem habilitação superior / Total de trabalhadores	X 100	65%
Nível médio de antiguidade (anos)	Somatório das antiguidades de todos os trabalhadores / Total de trabalhadores		27
Taxa de admissões (%)	N.º de trabalhadores que entraram (admitidos e regressados) / Total de trabalhadores	X 100	70%
Taxa de saídas (%)	N.º de trabalhadores que saíram / Total de trabalhadores	X 100	15%
Índice de rotação	N.º de trabalhadores em 31 de dezembro / N.º de trabalhadores em 1 de janeiro + entradas + saídas		(*)
Taxa de reposição (%)	N.º de trabalhadores que entraram / N.º de trabalhadores que saíram	X 100	(*)
Taxa de absentismo (%)	Total de dias de ausência de todos os trabalhadores (não incluindo férias) / Total de dias de potenciais de trabalho (= dias úteis do ano X total de trabalhadores)	X 100	6,7%
Taxa de trabalhadores portadores deficiência (%)	N.º de trabalhadores portadores de deficiência / Total de trabalhadores	X 100	3,8%
Taxa de trabalhadores estrangeiros (%)	N.º de trabalhadores estrangeiros / Total de trabalhadores	X 100	-

Indicador	Fórmula de Cálculo		Valor
Leque salarial ilíquido	Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida		10
Taxa de participação em ações de formação (%)	N.º de participantes em ações de formação / Total de trabalhadores	X 100	72,5%
Taxa de tempo investido em formação (%)	N.º de horas investidas em formação / Potencial anual de horas trabalháveis	X 100	0,12%
Taxa de investimento em formação (%)	Total de despesas anuais com formação / Total de encargos com o pessoal	X 100	0,10%
Taxa de incidência de acidentes de trabalho (%)	N.º de acidentes de trabalho / Total de trabalhadores	X 100	0,9%
Taxa de saúde ocupacional (%)	Total de exames médicos efetuados / Total de trabalhadores	X 100	-
Taxa de indisciplina (%)	Total de ações disciplinares / Total de trabalhadores	X 100	-

(\*) Atendendo à conjuntura específica de integração de trabalhadores por reorganização de serviços, considera-se que o apuramento deste indicador através da fórmula de cálculo estabelecida não refletiria de forma fiel o seu âmbito de análise.

## Anexo – Formulário Oficial

# BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro

## 2024

### IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 83360000

Ministério: Coesão Territorial

Serviço / Entidade: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo,

### NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2024 202

Em 31 de Dezembro de 2024 447

**Nota:** Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2024, indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2024 na folha "Criterio"

*Contacto(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento*

Nome José Manuel Figueira Antunes

Rosa Antónia Canelas Mendes Banha

Tel: 266740300

E-mail: [geral@ccdr-a.gov.pt](mailto:geral@ccdr-a.gov.pt)

Data 31/03/2025

**Notas Explicativas:**

***Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2024 deverá ser indicado o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2024.***

***Por exemplo: caso de uma entidade que resulta da fusão de 2 entidades, em que a nova entidade iniciou o seu funcionamento a 1 de junho 2024:***

***Deverá registar os dados da entidade nova referente ao período de 1 junho a 31 dezembro, especificando em baixo na descrição da entidade a data de início da nova entidade e o número de trabalhadores em exercício de funções nessa data, em substituição do n.º de trabalhadores a 1 de janeiro 2024 na folha de identificação.***

***Caso este critério não seja aplicável para algum dos quadros, deverá também ser descrita neste campo de descrição o critério adotado.***

**Critério adotado (descrição da entidade):**

Em 2024 a CCDDR Alentejo, IP foi objeto de reestruturação, nos termos previstos pelo DL 36/2023, de 26 de maio e integrou efetivos provenientes da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo e da Direção Regional de Cultura do Alentejo, que foram extintas, com efeitos a 01/01/2024. Foi adotado o critério de **registar a entrada de todos os trabalhadores integrados nessa data.**

# **BALANÇO SOCIAL 2024**

## **ÍNDICE DE QUADROS**

### **CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS**

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

### **CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS**

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

### **CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA**

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

### **CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

[Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

### **CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS**

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

**Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo indeterminável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutive certo		CT em Funções Públicas a termo resolutive incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	1																						1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	3	3													1	4							4	7	11
Dirigente intermédio de 1º grau a)															6	3							6	3	9
Dirigente intermédio de 2º grau a)															12	15							12	15	27
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior		1							97	127			3	1	6								98	137	235
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									40	72													40	72	112
Assistente operacional, operário, auxiliar									16	24													16	24	40
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático									11	1													11	1	12
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																							0	0	0
Polícia Judiciária																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
Total	4	4	0	0	0	0	0	0	164	224	0	0	0	3	20	28	0	0	0	0	0	0	188	259	447

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa		1	1
Avença			0
Total	0	1	1

**NOTAS:**  
 Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.  
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);  
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);  
 c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);  
 d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1.

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			1						0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																			1						1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)									1				1	1	1		1	2	1	1	2				4	7	11
Dirigente intermédio de 1º grau a)																1	3	1		1	3				6	3	9
Dirigente intermédio de 2º grau a)												1		1	3	3	7	3	2	4	3				12	15	27
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																									0	0	0
Técnico Superior					1	1			5	6	4	11	11	13	33	19	30	18	26	22	22	8	5		98	137	235
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							1						3	6	7	3	8	11	20	13	29	6	5		40	72	112
Assistente operacional, operário, auxiliar			1								1				2		4	3	5	16	5	1			16	24	40
Aprendizes e praticantes																									0	0	0
Informático							1			1				3		2		3		1			1		11	1	12
Magistrado																									0	0	0
Diplomata																									0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																									0	0	0
Pessoal de Inspeção																									0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																									0	0	0
Docente Ensino Universitário																									0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																									0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																									0	0	0
Médico																									0	0	0
Enfermeiro																									0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																									0	0	0
Técnico Superior de Saúde																									0	0	0
Chefia Tributária																									0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																									0	0	0
Pessoal Aduaneiro																									0	0	0
Conservador e Notário																									0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																									0	0	0
Oficial de Justiça																									0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																									0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																									0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																									0	0	0
Polícia Judiciária																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																									0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																									0	0	0
Guarda Prisional																									0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																									0	0	0
Bombeiro																									0	0	0
Polícia Municipal																									0	0	0
Total	0	0	1	0	1	1	2	5	8	4	13	15	24	46	28	50	42	53	47	73	22	12	0	0	188	259	447

Prestações de Serviços	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																							1		0	1	1
Avença																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.  
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);  
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);  
c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);  
d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.



Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1				1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	1	2	2	1			1		1				3						4	7	11
Dirigente intermédio de 1º grau a)							1						4	1	1	1	1		6	3	9
Dirigente intermédio de 2º grau a)			2		2	1		2		2	1	5	3	3	3	2	1		12	15	27
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																			0	0	0
Técnico Superior	4	15	16	11	10	15	7	13	12	24	17	18	13	17	11	11	8	13	98	137	235
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1	4		1	2	1			2	7	9	11	4	14	9	13	13	21	40	72	112
Assistente operacional, operário, auxiliar	2	1		1					5			4	3	3	2	6	9	4	16	24	40
Aprendizes e praticantes																			0	0	0
Informático			2				1		3				5					1	11	1	12
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Docente Ensino Universitário																			0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																			0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																			0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																			0	0	0
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	8	22	22	14	14	17	9	16	17	39	27	38	32	41	27	33	32	39	188	259	447

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																					0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1						1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															3	6	1	1			4	7	11
Dirigente intermédio de 1º grau a)															3	2	3	1			6	3	9
Dirigente intermédio de 2º grau a)															7	12	4	2	1	1	12	15	27
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																					0	0	0
Técnico Superior													2	4	76	102	16	27	4	4	98	137	235
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						2	4	7	3	10	31	53			2						40	72	112
Assistente operacional, operário, auxiliar	1		4	4	3	7	2	9			6	4									16	24	40
Aprendizes e praticantes																					0	0	0
Informático									1		6	1	1		3						11	1	12
Magistrado																					0	0	0
Diplomata																					0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																					0	0	0
Pessoal de Inspeção																					0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																					0	0	0
Docente Ensino Universitário																					0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																					0	0	0
Educ. infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																					0	0	0
Médico																					0	0	0
Enfermeiro																					0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																					0	0	0
Técnico Superior de Saúde																					0	0	0
Chefe Tributária																					0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																					0	0	0
Pessoal Aduaneiro																					0	0	0
Conservador e Notário																					0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																					0	0	0
Oficial de Justiça																					0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																					0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																					0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																					0	0	0
Polícia Judiciária																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																					0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																					0	0	0
Guarda Prisional																					0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																					0	0	0
Bombeiro																					0	0	0
Polícia Municipal																					0	0	0
Total	1	0	4	4	3	9	6	16	4	10	43	58	3	4	95	122	24	31	5	5	188	259	447

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa						1															0	1	1
Avença																					0	0	0
Total	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

**Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro**

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Ávença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**NOTAS:**  
**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
 Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de dezembro, de acordo com a naturalidade;  
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);  
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);  
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);  
 d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																									0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																									0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																									0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)														1											0	1	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)																1									0	1	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																									0	0	0
Técnico Superior																	2	3	4	1					4	6	10
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo														1					1	1					2	1	3
Assistente operacional, operário, auxiliar														1											0	1	1
Aprendizes e praticantes																									0	0	0
Informático																					1				0	1	1
Magistrado																									0	0	0
Diplomata																									0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																									0	0	0
Pessoal de Inspeção																									0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																									0	0	0
Docente Ensino Universitário																									0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																									0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																									0	0	0
Médico																									0	0	0
Enfermeiro																									0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																									0	0	0
Técnico Superior de Saúde																									0	0	0
Chefe Tributária																									0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																									0	0	0
Pessoal Aduaneiro																									0	0	0
Conservador e Notário																									0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																									0	0	0
Oficial de Justiça																									0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																									0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																									0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																									0	0	0
Policia Judiciária																									0	0	0
Policia de Segurança Pública - Oficial																									0	0	0
Policia de Segurança Pública - Chefe de Policia																									0	0	0
Policia de Segurança Pública - Agente																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																									0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																									0	0	0
Guarda Prisional																									0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																									0	0	0
Bombeiro																									0	0	0
Policia Municipal																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	3	3	5	2	1	0	0	6	11	17

Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																									0	0	0
Avença																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos													0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)													0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)											1	1	1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)											3		3	0	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)									4	5			4	5	9
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)													0	0	0
Técnico Superior					2	8					61	85	63	93	156
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						1					32	61	32	62	94
Assistente operacional, operário, auxiliar					1						16	25	17	25	42
Aprendizes e praticantes													0	0	0
Informático											8		8	0	8
Magistrado													0	0	0
Diplomata													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência													0	0	0
Pessoal de Inspeção													0	0	0
Pessoal de Investigação Científica													0	0	0
Docente Ensino Universitário													0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico													0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário													0	0	0
Médico													0	0	0
Enfermeiro													0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica													0	0	0
Técnico Superior de Saúde													0	0	0
Chefia Tributária													0	0	0
Pessoal de Administração Tributária													0	0	0
Pessoal Aduaneiro													0	0	0
Conservador e Notário													0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado													0	0	0
Oficial de Justiça													0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)													0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)													0	0	0
Forças Armadas - Praça b)													0	0	0
Polícia Judiciária													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda													0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras													0	0	0
Guarda Prisional													0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)													0	0	0
Bombeiro													0	0	0
Polícia Municipal													0	0	0
Total	0	0	0	0	3	9	0	0	4	5	121	172	128	186	314
Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total												
Tarefa			0												
Avença			0												
Total	0	0	0												

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de dezembro inclusive;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsa		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)			1																				1	0	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)																							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)			1	1																			1	1	2
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior																							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																							0	0	0
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático																							0	0	0
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - assistente de residência																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																							0	0	0
Polícia Judiciária																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
Total	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3

NOTAS:  
Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 8.º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;  
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);  
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);  
c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género**

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																													0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																													0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																													0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)																													0	0	0
Dirigente Intermédio de 2º grau a)																													0	0	0
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)																													0	0	0
Técnico Superior					6	5																	2	5		6	10	14	20	34	
Assistente técnico, técnico de nível Intermédio, pessoal administrativo					1	9																	1	1		9		11	10	21	
Assistente operacional, operário, auxiliar					3	5																					1	3	6	9	
Aprendizes e praticantes																													0	0	0
Informático																										2		2	0	2	
Magistrado																													0	0	0
Diplomata																													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																													0	0	0
Pessoal de Inspeção																													0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																													0	0	0
Docente Ensino Universitário																													0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																													0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																													0	0	0
Médico																													0	0	0
Enfermeiro																													0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																													0	0	0
Técnico Superior de Saúde																													0	0	0
Chefia Tributária																													0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																													0	0	0
Pessoal Aduaneiro																													0	0	0
Conservador e Notário																													0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																													0	0	0
Oficial de Justiça																													0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																													0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																													0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																													0	0	0
Polícia Judiciária																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																													0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																													0	0	0
Guarda Prisional																													0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																													0	0	0
Sombreiro																													0	0	0
Polícia Municipal																													0	0	0
Total	0	0	0	0	10	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	6	0	0	17	11	30	36	66

**NOTAS:**  
 Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;  
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);  
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);  
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento**

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior	8				38	46
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático	4					4
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>38</b>	<b>50</b>

**Notas:**

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);



## Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)			1	1							1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)			3	1							3	1	4
Dirigente intermédio de 2º grau a)			1	5							1	5	6
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior			30	43				1			30	44	74
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			22	35							22	35	57
Assistente operacional, operário, auxiliar			12	20							12	20	32
Aprendizes e praticantes											0	0	0
Informático			1	1							1	1	2
Magistrado											0	0	0
Diplomata											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	0	0
Médico											0	0	0
Enfermeiro											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0	0	0
Técnico Superior de Saúde											0	0	0
Chefia Tributária											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária											0	0	0
Pessoal Aduaneiro											0	0	0
Conservador e Notário											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado											0	0	0
Oficial de Justiça											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)											0	0	0
Polícia Judiciária											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0	0	0
Guarda Prisional											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
Bombeiro											0	0	0
Polícia Municipal											0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>70</b>	<b>106</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>70</b>	<b>107</b>	<b>177</b>

### NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 156.º, 157.º e 158.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)													1		1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)													4	7	4	7	11
Dirigente intermédio de 1º grau a)				2									4	3	6	3	9
Dirigente intermédio de 2º grau a)				2	4								10	11	12	15	27
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior	2		90	121			5	9					1	7	98	137	235
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	4	3	33	62			2	7					1		40	72	112
Assistente operacional, operário, auxiliar	7	8	9	16											16	24	40
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático			9	1			2								11	1	12
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	13	11	145	204	0	0	9	16	0	0	0	0	21	28	188	259	447

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(\*) Artigo 110.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais S15 (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar a meia jornada (Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto)

SE Células a vermelho - Totais não  
estão iguais aos do Quadro1

**NOTAS:**

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por gênero.

Para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o **número de trabalhadores** que o praticam;

**PNT** - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(\*) - Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais de que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

**Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género**

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar noturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior	824:45	2088:15					275:00	1202:30			1099:45	3290:45	4390:30
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	48:00	1295:15					40:00	165:00	11:00		99:00	1460:15	1559:15
Assistente operacional, operário, auxiliar	1755:45				559:30		688:00		156:30		3159:45	0:00	3159:45
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático					4:00		3:15				7:15	0:00	7:15
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00
Total	2628:30	3383:30	0:00	0:00	563:30	0:00	1006:15	1367:30	167:30	0:00	4365:45	4751:00	9116:45

**NOTAS:**

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efetuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e noturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género**

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

**NOTAS:**  
 Considerar o total de horas efetuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;  
 Este quadro refere-se apenas a trabalho noturno. Para o preenchimento da coluna “trabalho noturno suplementar” neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efetuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.  
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);  
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);  
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género**

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																												0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 1º grau a)																												0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 2º grau a)					3,0	1,0																						3,0	1,0	4,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)								5,0							10,5	1,0												10,5	6,0	16,5
Dirigente intermédio de 2º grau a)						16,0		59,0							5,0	15,0					1,0				1,0	4,0	6,0	95,0	101,0	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0,0	0,0	0,0
Técnico Superior		10,0	43,0	691,0	96,0	48,0	735,0	2 612,0					27,0	27,0	134,5	99,0				3,0	1,0				69,0	230,0	1 107,5	3 718,0	4 825,5	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	10,0		5,0	33,0	25,0	25,0	413,0	1 024,0	47,0						64,0	151,5				2,0	1,0				35,0	66,0	601,0	1 300,5	1 901,5	
Assistente operacional, operário, auxiliar				17,0		47,0	326,0	698,0		134,0			29,0		7,5	50,0									73,0	10,0	435,5	956,0	1 391,5	
Aprendizes e praticantes																												0,0	0,0	0,0
Informático			1,0				83,0								14,5										1,0		99,5	0,0	99,5	
Magistrado																												0,0	0,0	0,0
Diplomata																												0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0,0	0,0	0,0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0,0	0,0	0,0
Médico																												0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																												0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																												0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																												0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																												0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																												0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)																												0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Sargento b)																												0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Praça b)																												0,0	0,0	0,0
Polícia Judiciária																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																												0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																												0,0	0,0	0,0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																												0,0	0,0	0,0
Guarda Prisional																												0,0	0,0	0,0
Outro Pessoal de Segurança c)																												0,0	0,0	0,0
Bombeiro																												0,0	0,0	0,0
Polícia Municipal																												0,0	0,0	0,0
Total	10,0	10,0	49,0	741,0	124,0	137,0	1 557,0	4 398,0	47,0	134,0	0,0	0,0	56,0	27,0	236,0	316,5	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	3,0	0,0	0,0	179,0	310,0	2 263,0	6 076,5	8 339,5	

**NOTAS:**

Considerar o total de dias completos de ausência ou períodos de meio dia;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

**Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação**

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
17/05/2024	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1	7:00	
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	1	7:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(\*\*) Artigo 68.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
20/09/2024	Adm.Pública-Sectorial		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1	7:00	
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	1	7:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(\*\*) Artigo 68.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
25/10/2024	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	6	7:00	
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	6	7:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(\*\*) Artigo 68.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(\*\*) Artigo 68.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(\*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

## Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

### A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

#### Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N.º de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	7	25	32
1001-1250 €	37	44	81
1251-1500 €	32	50	82
1501-1750 €	16	16	32
1751-2000 €	15	24	39
2001-2250 €	25	29	54
2251-2500 €	13	20	33
2501-2750 €	7	6	13
2751-3000 €	3	7	10
3001-3250 €	4	4	8
3251-3500 €	2	1	3
3501-3750 €	15	23	38
3751-4000 €	0	0	0
4001-4250 €	8	7	15
4251-4500 €	0	0	0
4501-4750 €	0	0	0
4751-5000 €	0	0	0
5001-5250 €	0	0	0
5251-5500 €	0	0	0
5501-5750 €	1	1	2
5751-6000 €	0	0	0
Mais de 6000 €	3	2	5
Total	188	259	447

#### NOTAS:

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em li
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
- Não considerar o duodécimo do subsídio de natal.

### B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

#### Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima ( € )	821,83	821,83
Máxima ( € )	8173,48	7356,13

#### NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima;  
Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ refere



## Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	€12736817,01
Suplementos remuneratórios	631 580,42 €
Prémios de desempenho	€0,00
Prestações sociais	638 792,19 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	€3289235,89
<b>Total</b>	<b>17 296 425,51 €</b>

**Nota:**

Não incluir prestadores de serviços.

(\*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(\*\*) registar:

- as indemnizações por férias não gozadas;
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos;
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social;
- os abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

### Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	€90004,17
Trabalho normal nocturno	€0,00
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	€52389,46
Isenção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	€0,00
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	€0,00
Risco, penosidade e insalubridade	€0,00
Fixação na periferia	€0,00
Trabalho por turnos	€0,00
Abono para falhas	€1960,80
Participação em reuniões	€0,00
Ajudas de custo	€74729,05
Representação	€409678,65
Secretariado	€1399,56
Outros suplementos remuneratórios (***)	€1418,73
<b>Total</b>	<b>631 580,42 €</b>

**Nota:**

(\*) - caso não tenha sido incluído em trabalho suplementar (diurno e noturno);

(\*\*) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;

(\*\*\*) - incluir também o subsídio de residência.

### Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	€3647,24
Abono de família	€8962,32
Subsídio de educação especial	€0,00
Subsídio mensal vitalício	€710,56
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	€0,00
Subsídio de funeral	€0,00
Subsídio por morte	€0,00
Acidente de trabalho e doença profissional	€0,00
Subsídio de desemprego	€0,00
Subsídio de refeição	€622565,99
Outras prestações sociais	€2906,08
<b>Total</b>	<b>638 792,19 €</b>

### Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	€0,00
Refeitórios	€0,00
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	€0,00
Colónias de férias	€0,00
Subsídio de estudos	€0,00
Apoio socio-económico	€0,00
Outros benefícios sociais	€0,00
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por gênero

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	F	3	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	1		0	0	1		0		0	0	0	
	F	3		1	1	1		0		0	0	0	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	47		0	0	47		0		0	0	0	
	F	134		3	15	116		0		0	0	0	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0		0	0	0		0		0	0	0	
	F	0		0	0	0		0		0	0	0	

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registrados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

**Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho**

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	0
- parcial	0
- absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	0
Casos de incapacidade temporária e parcial	0
Total	0

## Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

**Nota:**

(\*) - Conforme lista constante do DR n.º 6/2001, de 3 de maio, atualizado pelo DR n.º 76/2007, de 17 de julho.

## Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	0	0,00 €
Exames de admissão	0	0,00 €
Exames periódicos	0	0,00 €
Exames ocasionais e complementares	0	0,00 €
Exames de cessação de funções	0	0,00 €
Despesas com a medicina no trabalho (*)		0,00 €
Visitas aos postos de trabalho	0	

### Nota:

(\*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de dezembro"), as despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

**Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo**

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

**Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano**

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	0
Formação profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de duração do trabalho	0
Mobilidade interna	0

**Nota:**

Artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 50-C/2007, de 6 de março e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

**Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho**

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	0
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	0



**Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano**

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	0,00 €
Equipamento de protecção (b)	0,00 €
Formação em prevenção de riscos (c)	0,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0,00 €

**Nota:**

- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho
- (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
- (c) Encargos na formação, informação e consulta
- (d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão.

## Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	622				622
Externas	365	8	1	2	376
Total	987	8	1	2	998

### Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

## Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)	7	3	10	4
Dirigente intermédio de 1º grau a)	19	3	22	13
Dirigente intermédio de 2º grau a)	55	38	93	26
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior	325	280	605	185
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	178	41	219	82
Assistente operacional, operário, auxiliar	19	11	30	12
Aprendizes e praticantes			0	
Informático	19		19	9
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	
Forças Armadas - Oficial b)			0	

Forças Armadas - Sargento b)			0	
Forças Armadas - Praça b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	622	376	998	331
Totais devem ser iguais aos do Q. 27				

**Notas:**

(\*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(\*\*) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

## Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dEspendidas	Horas	Horas dEspendidas em acções internas	Horas dEspendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00
Dirigente superior de 2º grau a)		13:00	15:30	28:30
Dirigente intermédio de 1º grau a)		38:30	26:00	64:30
Dirigente intermédio de 2º grau a)		112:00	1025:30	1137:30
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)				0:00
Técnico Superior		643:30	2289:30	2933:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		332:30	285:00	617:30
Assistente operacional, operário, auxiliar		34:30	74:00	108:30
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático		39:30		39:30
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00
Pessoal de Investigação Científica				0:00
Docente Ensino Universitário				0:00
Docente Ensino Superior Politécnico				0:00

Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)			0:00
Forças Armadas - Sargento b)			0:00
Forças Armadas - Praça b)			0:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

**Notas:**

Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

### Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	16 545,05 €
<b>Total</b>	<b>16 545,05 €</b>

**Notas:**

i) Considerar as despesas efetuadas durante ano em atividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade;

## Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	58
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

## Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas